

9925
M/M/1000

Exmo. Sr. Dr. Juiz de 1ª Auditoria Militar de S. Paulo.

Vivi no Estado do Paraná no período de 25/12/1967 a abril de 1972 vivendo a vontade livremente, sem preocupação com a repressão pelo mesmo motivo alguns dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil ali também residiam, entre os quais Maurício Guibois e Angelo Arreio.

Em 14/4/1972, quando me dirigia para o local em que morava, deparei com uma barreira do Exército na Transunimazônica, justamente no ponto em que io descendo do ônibus. Prossegui a viagem até Marabá porque tinha militância conhecida e levava comigo uma moça que o que estava sendo procurada pela polícia.

A guerrilha começou porque as Forças Armadas utilizaram a violência, em abril de 1972, contra moradores da região. Os militantes que ali residiam também foram atingidos e juntamente com outros moradores, passaram à resistência armada. Não se tem a intenção

ção de "deflagrar revolução para conquistar o governo" Não é o Partido que deflagra a luta armada. É a própria massa, cansada de sofrer injustiças, que acaba dando um "basta" aos sofrimentos.

A luta armada é uma forma de luta legítima dos povos. Muitos são os exemplos de feitos grandiosos dos que optaram por esse caminho para resolver seus problemas, tais como as revoluções Francesa, Norte-Americana, Russa, Chinesa, a libertação do Vietnã, dos Povos da África, as lutas pela nossa independência.

A luta armada popular é um direito inalienável dos povos. Estes não pedem licença para deflagrá-la. Usam-na quando esgotaram todos os recursos legais e um direito reconhecido pela ONU.

O Partido apóia todas as lutas verdadeiramente populares, sob quaisquer formas que se apresentem. Critica toda ação voluntarista, de indivíduos ou de pequenos grupos, que radicalize artificialmente a luta, sem apoio popular. Critica, igualmente, o terrorismo como recurso de desespero, ineficaz e prejudicial à luta dos povos.

Não participem de nenhuma ação que vise à deflagração da lu-

2956
MEMÓRIAS

ta armada, nem tive contatos com
armas a não ser com uma espin-
garda "20" para espantar curicás no
nosso arrozal e um revólver que
usei contra um canalhão, dando
uns dois ou três tiros, mas apoiou a
resistência dos moradores da região
de Braguaias: era a luta do fisco
contra o forte, do castanheiro, da que-
bradora de caso bobo, do planta-
dor de arroz, do fabricante de farinha
para obterem melhores preços pelo seu
trabalho. Era, principalmente, a luta
do posseiro para conservar sua pos-
se que estava sendo cobrada pelo
quileiro

A guerrilha teve o apoio de
90% da população local. Houve mais
de mil prisões, desde camponeses pobres
e pequenos comerciantes até padres
e freiras. O próprio Bispo de Marabá
fez um petição na França a favor da
sua libertação durante várias horas. A luta ^{durou} mais
de dois anos: desde o dia 12 de abril
de 1972 até o meados de 1974, mais
ou menos. O Exército realizou, até
o final de 1973, três campanhas
de cerco e aniquilamento contra
os guerrilheiros, nelas empregando
cerca de vinte e cinco mil homens.
Se não fosse o apoio da população
na participação na luta, a guer-
ilha não teria resistido tanto tempo.

não haveria necessidade de tantos soldados, e tanto armamento ultra moderno e apoio da Amazônia para liquidar sessenta e nove comunistas.

A guerrilha criou a União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo - ULDP que lançou um programa a "que denominou" "em Defesa do Povo Pobre", síntese das principais reivindicações da região que são, salvo algumas particularidades, mais ou menos as mesmas reivindicações da maior parte das zonas camponesas do país.

Os guerrilheiros atacaram um posto do Exército na Transamazônica de onde levaram os seus fugas existentes. Também justificaram dois batelões.

Como acontece todas as vezes que o povo, cansado de sofrer, resolve resistir, até mesmo pelas armas, o Exército pôs a prêmio os cabeças dos guerrilheiros.

Durante a fase guerrilheira migraram poetas e músicos. Foi feito o Hino dos guerrilheiros e também dois poemas em estilo de literaturas de cordel, de autores de Guimarães e Beto, bem como várias poesias dedicadas a Heloísa e José Carlos. Até um recital funcionou em plena zona amazônica.

Na região do Araguaia, enquanto se desenvolvia a luta, um

Revisado

não haveria necessidade de tantos soldados, e tanto armamento ultra-moderno e apoio da Amazônia para liquidar sessenta e nove comunistas.

A guerrilha criou a União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo - ULDP que lançou um programa a que denominou "em Defesa do Povo Pobre", síntese das principais reivindicações da região que são, salvo algumas particularidades, mais ou menos as mesmas reivindicações da maior parte das zonas camponesas do país.

Os guerrilheiros atacaram um posto do Exército na Transamazônica de onde levaram os seis juizes existentes. Também justificaram dois batelões.

Como acontece todas as vezes, que o povo, cansado de sofrer, resolve resistir; até mesmo pelas armas, o Exército pôs a prêmio as cabeças dos guerrilheiros.

Durante a fase guerrilheira surgiram poetas e músicos. Foi feito o Hino dos guerrilheiros e também dois poemas em estilo de literatura de cordel, de autores de Guimarães e Bete, bem como varias poesias dedicadas a Helenira e José Carlos. Até um re-co-reco funcionou em plena selva amazônica.

Na região do Araguaia, enquanto se desenvolvem a luta, um

na, queridíssima pela mulher que,
ao ser presa e ^{de} lha perquiraram o
nome, responder: "Sou uma guerreira
lheira que luta pela liberdade" José
Francisco, velho marinheiro, que
vinha da ANL de 1935; Chico, que
receber um tiro e teve a cabeça
cortada e levada pelos que o ma-
taram. E ainda Antônio, cientista;
Vitor, músico, o poeta; Lourival
e outros de quem não lembro os nomes.

No dia de Natal de 1973 foi
cercado e bombardeado o local
da mata em que se encontra-
vam Maurício Grabos e outros guer-
relheiros. Depois que fui preso, dese-
ram-me que naquela local e
naquela dia haviam sido mortos
mais de vinte pessoas. Por que o
Exército não informa ao povo o
que ocorreu? Por que não informa
os que foram mortos? Os que foram
presos? Onde se encontram estes?
Por que tamanho silêncio, após mais
de três anos?

Na última reunião da CC
não foi constituída nenhuma Co-
missão Militar. Se houve uma
Comissão Militar no Partido até ho-
je a que foi constituída por Mau-
ricio Grabos, Angéla Barros e João Carlos
dos Santos Sobrinho, após o início da gueri-

a luta, muitos camponeses e militantes do Partido deram a vida. Até o dia de Natal de 1973, quase dois anos após o início do ataque das Forças Armadas, havia um mil e quinhentos vinte guerrilheiros. São apenas os nomes de Helena Resende de Souza Magari, ex-dirigente da UNE que, ao ser atirada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam-na nas pernas e a torturaram barbaramente até a morte. João Carlos Haas do Brinco, médico, natural do Rio Grande do Sul, foi morto quando procurava contato com companheiros Bergson Gujães, morto ao dar cobertura a dois companheiros atirados por um grupo bem maior. Ivan Petit da Silva abatido ao se aproximar de uma casa de camponeses. Além desses, há outros de que sei apenas os nomes pelos quais eram conhecidos lá: Dueli, depois de preso foi amarrado a um burro e arrastado pela estrada; José Carlos, Nunes, Lebas e Alfredo que dias antes tinham participado de um atropado ataque ao posto militar da Transamazônica; Cyril que, ao ver o médico José Carlos cair, precipitou-se para socorrê-lo. Sérgio, estudante de medicina

relha. Depois dessa não houve mais nenhuma outra porque estava em curso, ainda, a análise da experiência sobre o Araguaia. Por tanto, Ronald Gonçalves Freitas e João Renato Rabelo não poderiam fazer parte de nenhuma Comissão Militar

não verdadeira, igualmente, as informações de que Ronald, João Renato Rabelo, Ramiro de Deus Bonfácio, Armando Teixeira Frutuoso e Vladimir Ventura Torres Pomar tenham participado das guerrilhas. A luta começou em abril de 1972 e desde sua eclosão mais nenhum militante pôde ser mandado para lá. Além disso os três primeiros eram da AP e só vieram para o PCd em 1974. Armando T. Frutuoso nunca esteve em Xambioá e Vladimir não esteve na zona guerrilheira. Vêto a repetir que, dos denunciados, os únicos que estiveram na região do Araguaia foram Maurício Gubois, Angelo Azeiteiro, João Amazonas e Elza de Lima Moura.

S. Paulo, 19 de abril de 1977

Elza de Lima Moura